



**ACÓRDÃO Nº 755/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11551/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas - ARSAM
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Responsável:** Fábio Augusto Alho da Costa (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICA/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2788/2018-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas - ARSAM. Exercício de 2015.

*Regularidade com ressalvas. Determinação. Recomendação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em parcial consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Fábio Augusto Alho da Costa**, Diretor-Presidente da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas – ARSAM à época, relativa ao exercício de 2015, nos termos do art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.
- 10.2. **Determinar que seja dada quitação ao responsável**, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/1996, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.
- 10.3. **Determinar** à atual administração da ARSAM que:
  - 10.3.1. envie, por ocasião da prestação de contas anual, todos os documentos exigidos nas resoluções do TCE-AM, e nos demais atos normativos a que a autarquia está sujeita, sob pena de aplicação das sanções legais;



**ACÓRDÃO Nº 755/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.3.2. encaminhe os documentos de prestação de contas ao TCE-AM (e-Contas), devidamente assinados – assinatura digital ou de forma manuscrita digitalizada, naquilo que couber, como no caso dos relatórios contábeis, nos termos do Manual de Remessa de Documentos (MRD), previsto no § 3º do art. 1º e art. 2º da Res. TCE 13/2015, sob pena de aplicação das sanções legais;
- 10.3.3. providencie a imediata implantação do controle interno nos termos do art. 45 da Constituição Estadual, arts. 76 a 79 da Lei 4.320/1964 e arts. 43 e 44 da Lei 2.423/1996, sob pena de aplicação das sanções legais;
- 10.3.4. tome imediatas providências no sentido do cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), especialmente do art. 8º, caput, e §§ 1º e 2º, sob pena de aplicação das sanções legais;
- 10.3.5. tome imediatas providências no sentido do cumprimento dos arts. 48 (parágrafo único, II) e 48-A (caput e inciso I) da Lei de Responsabilidade Fiscal e do inciso II do art. 2º do decreto 7.185/2010, sob pena de aplicação das sanções legais;
- 10.3.6. corrija os procedimentos contábeis relacionados às entradas e saídas de caixa (bancos c/movimento), de modo que o saldo contábil seja fidedigno, em atenção aos itens 3.10 a 3.16 da NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, sob pena de aplicação das sanções legais;
- 10.3.7. realize inventário físico-financeiro geral anual, em cumprimento ao disposto no art. 96 da Lei 4.320/1964, sob pena de aplicação multa prevista no art. 54, II da Lei 2.423/1996.
- 10.4. Recomendar** ao Governo do Estado do Amazonas, na pessoa do Chefe do Poder Executivo, que tome efetivas providências no sentido de que seja realizado concurso público no âmbito da ARSAM, com a maior brevidade possível, de modo a suprir as necessidades de pessoal da autarquia, sob pena de aplicação das sanções legais.

**11- Ata:** 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 12 de Novembro de 2018

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº755/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral